



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL ALTO HORIZONTE
RETIFICAÇÃO 003/3021 DO EDITAL N. 001/2019 DO CONCURSO PUBLICO
QUE ALTERA CRONOGRAMA E QUADRO DE VAGAS REABREAS INSCRIÇÕES PARA TODOS OS CARGOS.

A Prefeitura Municipal de Alto Horizonte, através da Comissão Especial de Concurso Público – CECP, nomeada pelo Decreto 738/2019, que tornou público a abertura de concurso público visando à seleção de pessoal para preenchimento de vagas no quadro de cargos efetivos do Poder Executivo, nos termos do que preceituam o art. 37, II da Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município e alterações e as Leis: Lei Complementar 007-2006 Plano de Cargos e Carreiras e Vencimentos, Estatuto dos Servidores Públicos de Alto Horizonte, Lei Complementar 18/2010 -Plano de Carreira da Saúde, Lei Complementar 037-2019 - Criação de Cargos, Lei 430-Estatuto dos Servidores do Magistério, LEI 463/2010 Estatuto dos Servidores da Saúde, LEI 464/2010, Estrutura Organizacional e Funcional da Secretaria Municipal de Saúde, LEI Complementar 030 2017, Lei Complementar 033 2017, Lei Complementar 025/2013,- Plano de Carreira dos Professores de Alto Horizonte, e também de acordo com as demais legislações aplicáveis e disposições regulamentares do Edital e anexos publica essa RETIFICAÇÃO 003/2021 DO EDITAL N. 001/2019 DE ABERTURA E REGULAMENTO GERAL que QUE ALTERA CRONOGRAMA REABRINDO AS INSCRIÇÕES PARA TODOS OS CARGOS DO CERTAME E ALTERA O QUADRO DE VAGAS IMEDIATAS PARA OS SEGUINTE CARGOS: Arquiteto, Professor de História e Professor de Inglês/Português e inclui o Cargo de Fiscal Ambiental criado pela Lei nr. 813/21 de 25/08/21.

<i>Quadro I – Cronograma</i>				
Concurso Público para provimento de vagas na Prefeitura Municipal de Alto Horizonte – GO				
ITEM	ATIVIDADE	DATAS		LOCAL DO VENTO
		Data Início	Data Fim	
1	Publicação > Extrato Edital de Retificação 003/2021 do Concurso Público	25/09/2021		DOE e Diário Oficial do Município https://www.altohorizonte.go.gov.br https://www.iteconcursos.com.br
3	Período > Inscrição nos Cargos que tiveram as inscrições reabertas	02/09/21	16/09/21	https://www.iteconcursos.com.br
4	Final > Pagamento do boleto	17/09/21		https://www.iteconcursos.com.br
5	Período > Solicitação de Isenção Taxa de Inscrição para os cargos que tiveram as inscrições reabertas.	03/09/21	08/09/21	https://www.iteconcursos.com.br
6	Relação Preliminar > Pedido de Isenção para os cargos que tiveram as inscrições reabertas.	09/09/21		https://www.iteconcursos.com.br
7	Recurso > Pedido de Isenção para os cargos que tiveram as inscrições reabertas.	10/9/21	11/09/21	https://www.iteconcursos.com.br



8	Relação Final > Pedido de Isenção para os cargos que tiveram as inscrições reabertas.	13/09/21		https://www.iteconcursos.com.br
9	Relação Preliminar > Inscrições homologadas, condição especial para todos os cargos.	18/09/21		https://www.iteconcursos.com.br
10	Recurso > Inscrições homologadas, condição especial para os cargos que tiveram as inscrições reabertas.	20/09/21	21/09/21	https://www.iteconcursos.com.br
11	Relação Final > Inscrição Homologada para todos os cargos	22/09/21		https://www.iteconcursos.com.br
12	Relação > Locais de Prova Objetiva e de Títulos.	27/09/21		https://www.iteconcursos.com.br
13	Dia da Prova > Para Todos os Cargos e Entrega de Títulos (para os cargos definidos)	03/10/21		Alto Horizonte e Campinorte
14	Gabarito > Preliminar	05/10/21		https://www.iteconcursos.com.br
15	Recurso > Gabarito preliminar	06/10/21	07/10/21	https://www.iteconcursos.com.br
16	Relação Final > Gabarito Oficial	15/10/21		https://www.iteconcursos.com.br
17	Relação Preliminar > Classificados, Não classificados, Títulos.	18/10/21		https://www.iteconcursos.com.br
18	Recurso > Classificados, Não classificados, Títulos	19/10/21	20/10/21	https://www.iteconcursos.com.br
19	Publicação > Aprovados e Cadastro Reserva	25/10/21		https://www.iteconcursos.com.br
20	Publicação > Homologação do Concurso	27/10/21		DOE e Diário Oficial do Município https://www.altohorizonte.go.gov.br



ALTERAÇÃO DO CAPÍTULO II – DOS CARGOS E DAS VAGAS

- 1) Descrição dos cargos a serem preenchido, nível de escolaridade e pré-requisitos exigidos, carga horária semanal, vencimentos, número de vagas por cargo e atividades, estão relacionados abaixo:

CARGOS	VAGAS			CADASTRO RESERVAS			CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS
	T O T A L	P C D	A C	T O T A L	P C D	A C			
Fiscal Ambiental (NOVO CARGO)	2	-	-	5	1	-	40h	R\$ 2.887,26	Curso Técnico Agrícola, Química, em Gestão Ambiental, em Mineração, em meio Ambiente, graduação em Engenharia Ambiental ou, ainda, graduação em Engenharia Florestal
Instrutor de Informática	1	-	1	5	1	4	40h	R\$2.111,00	Curso Técnico na Área
Técnico em Radiologia	1	-	1	15	1	14	24h	R\$1.800,00	Ensino Médio Completo e Curso de Técnico em Radiologia, e



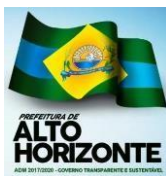
									Inscrição no CRTR
Agente Administrativo	1	-	1	30	2	28	40h	R\$2.111,00	Ensino Médio
Fiscal de Obras	1	-	1	5	1	4	40h	R\$2.000,00	Ensino Médio
Fiscal de Tributos	1	-	1	5	1	4	40h	R\$2.000,00	Ensino Médio
Fiscal de Vigilância Sanitária	1	-	1	5	1	4	40h	R\$2.000,00	Ensino Médio
Monitor de Creche	15	1	14	50	3	47	40h	R\$1.902,79	Ensino Médio
Arquiteto	1	-	-	2	-	2	40h	R\$4.000,00	Superior Completo em Arquitetura e Registro no CAU
Assistente Contábil	1	-	1	15	1	14	40h	R\$2.500,00	Superior Completo em Ciências Contábeis e Registro no CRC
Assistente Jurídico	1	-	1	30	2	28	40h	R\$2.500,00	Superior Completo em Direito
Assistente Social	1	-	1	15	1	14	40h	R\$2.500,00	Superior Completo em Assistência Social e Registro no CRESS
Auditor de Controle Interno	1	-	1	15	1	14	40h	R\$3.000,00	Superior Completo em Administração Pública, Gestão Pública, Ciências Contábeis ou Direito
Auditor Fiscal	1	-	1	15	1	14	40h	R\$4.000,00	Superior Completo em Administração Pública, Ciências Contábeis, Direito ou Economia.
Biólogo	1	-	1	5	1	4	40h	R\$2.500,00	Superior Completo em Biologia e Registro no CRBio
Biomédico	1	-	1	15	1	14	40h	R\$2.500,00	Superior Completo em Biomedicina



									e Registro no CRBM
Educador Físico	1	-	1	15	1	14	40h	R\$2.500,00	Superior Completo de Educação Física e Registro no CREF
Enfermeiro Plantonista	1	-	1	15	1	14	12HX36H	R\$2.500,00	Superior Completo em Enfermagem e Registro no COREN
Engenheiro Agrônomo	1	-	1	5	1	4	40h	R\$4.000,00	Superior Completo em Engenharia Agrônoma e Registro no CREA
Engenheiro Ambiental	1	-	1	5	1	4	40h	R\$4.000,00	Superior Completo em Engenharia Ambiental e Registro no CREA
Engenheiro Civil	1	-	1	5	1	4	40h	R\$4.000,00	Superior Completo em Engenharia Civil e Registro no CREA
Farmacêutico	1	-	1	10	1	9	40H	R\$2.500,00	Superior Completo em Farmácia e Registro CRF
Fisioterapeuta	1	-	1	15	1	14	40h	R\$2.500,00	Superior Completo em Fisioterapia e Registro no CREFITO
Fonoaudiólogo	1	-	1	10	1	9	40H	R\$2.500,00	Superior Completo em Fonoaudiologia e Registro no CREFONO
Médico Especialista Horista Cardiologista	1	-	1	10	1	9	16H	R\$250,00 Hora	Superior em Medicina, Título de Especialista ou Residência na Área e Registro no Órgão Competente
Médico Especialista Horista Ginecologista	1	-	1	10	1	9	16H	R\$250,00 Hora	Superior em Medicina, Título de Especialista ou Residência na Área e



									Registro no Órgão Competente
Médico Especialista Horista Pediatra	1	-	1	10	1	9	16H	R\$250,00 Hora	Superior em Medicina, Título de Especialista ou Residência na Área e Registro no Órgão Competente
Médico Especialista Horista Endocrinologista	1	-	1	10	1	9	16H	R\$250,00 Hora	Superior em Medicina, Título de Especialista ou Residência na Área e Registro no Órgão Competente
Médico Plantonista Final de Semana	2	-	2	15	1	14	7 as 17h SAB/DOM alternados	R\$3.500,00	Superior em Medicina, Registro no Órgão Competente
Médico Plantonista Noturno	3	-	3	15	1	14	14x58h	R\$9.000,00	Superior em Medicina, Registro no Órgão Competente
Nutricionista	1	-	1	15	1	14	40h	R\$2.500,00	Superior Completo em Nutrição e Registro no CRN
Procurador Municipal	1	-	1	15	1	14	40h	R\$5.000,00	Superior Completo em Direito e Inscrição na OAB
Professor de Educação Física	1	-	1	5	1	4	20h	R\$1.567,35	Superior Completo na Área
Professor de Física	1	-	1	5	1	4	20h	R\$1.567,35	Superior Completo na Área
Professor de História	2	-	1	5	1	4	20h	R\$1.567,35	Superior Completo na Área
Professor de Inglês/Português	2	-	1	5	1	4	20h	R\$1.567,35	Superior Completo na Área
Professor de Artes	1	-	1	5	1	4	20h	R\$1.567,35	Superior Completo na Área
Professor de Ciências e Biologia	1	-	1	5	1	4	20h	R\$1.567,35	Superior Completo na Área



Professor de Matemática	1	-	1	5	1	4	20h	R\$1.567,35	Superior Completo na Área
Professor de Química	1	-	1	5	1	4	20h	R\$1.567,35	Superior Completo na Área
Professor Pedagogo	5	1	4	30	2	28	40h	R\$3.136,00	Superior Completo na Área
Psicólogo	2	-	2	15	1	14	40h	R\$2.500,00	Superior Completo em Psicologia e Registro no CRP

- 2) No Quadro II – Valor da inscrição, item 25 do Edital do Certame, fica estabelecido para o Cargo de Fiscal Ambiental o valor referente ao NÍVEL MÉDIO / MÉDIO TÉCNICO de **R\$ 120,00**.
- 3) Os Anexos foram alterados, constam desta retificação, os demais itens do Edital permanecem inalterados.

Publique-se e Cumpra-se:

Alto Horizonte - GO, 25 de agosto de 2021.

Comissão do Concurso Público:

SÔNIA RIBEIRO ARTIAGA
Presidente

FERNANDO BONIFÁCIO PEREIRA
Membro

CASSIO ALVES DE CASTRO
Membro



ALTERAÇÃO DO ANEXO I

ALTERAÇÃO DO ANEXO I – ATRIBUIÇÕES SUMÁRIAS DOS CARGOS ATRIBUIÇÕES SUMÁRIAS DO CARGO DE FISCAL AMBIENTAL

FISCAL AMBIENTAL

O Fiscal ambiental terá como atribuição observar e fazer respeitar a correta aplicação da legislação municipal ambiental vigente; fiscalizar os prestadores de serviços, os demais agentes econômicos, o poder público e a população em geral no que diz respeito às alterações ambientais, conforme o caso, decorrentes de seus atos; revisar e lavrar autos de infração e aplicar multas em decorrência da violação à legislação ambiental vigente; requisitar, aos entes públicos ou privados, sempre que entender necessário, os documentos pertinentes às atividades de controle, regulação e fiscalização; programar e supervisionar a execução das atividades de controle, regulação e fiscalização na área ambiental; analisar e dar parecer nos processos administrativos relativos às atividades de controle, regulação e fiscalização na área ambiental; apresentar propostas de adequação, aprimoramento e modificação da legislação ambiental do Município; verificar a observância das normas e padrões ambientais vigentes; proceder à inspeção e apuração das irregularidades e infrações através do processo competente; instruir sobre o estudo ambiental e a documentação necessária a solicitação de licença e regularização ambiental; emitir laudos, pareceres e relatórios técnicos sobre matéria ambiental; participar na realização de eventos do interesse da administração pública especialmente da Secretaria Municipal do Meio Ambiente; executar quaisquer outras atividades correlatas.

ALTERAÇÃO DO ANEXO II

ALTERAÇÃO DO ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO CONHECIMENTOS COMUNS A TODOS OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

FISCAL AMBIENTAL

LÍNGUA PORTUGUESA

Língua Portuguesa Leitura e interpretação de textos de diferentes gêneros: efeitos de sentido, hierarquia dos sentidos do texto, situação comunicativa, pressuposição, inferência, ambiguidade, ironia, figurativização, polissemia, intertextualidade, linguagem não verbal. Modos de organização do texto: descrição, narração, exposição, argumentação, diálogo e esquemas retóricos (enumeração de ideias, relações de causa e consequência, comparação, gradação, oposição, etc.). Estrutura textual: progressão temática, parágrafo, período, oração, pontuação, tipos de discurso, mecanismos de estabelecimento da coerência, coesão lexical e conexão sintática. Gêneros textuais: análise das características composicionais de editorial, notícia, reportagem, resenha, crônica, carta, artigo de opinião, relatório, parecer, ofício, charge, tira, pintura, placa, propaganda institucional/educacional, etc. Estilo e registro: variedades linguísticas, formalidade e informalidade, formas de tratamento, propriedade lexical, adequação comunicativa. 6. Língua padrão: ortografia, formação de palavras, pronome, advérbio, adjetivo, conjunção, preposição, regência, concordância nominal e verbal.



CONHECIMENTOS GERAIS

História e Geografia de Goiás e do Município, Atualidades e Informática Realidade étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica de Goiás, Formação econômica de Goiás: A mineração no século XVIII, A agropecuária nos séculos XIX e XX, A estrada de ferro e a modernização da economia goiana, As transformações econômicas com a construção de Goiânia e de Brasília: industrialização, infraestrutura e planejamento, Aspectos da história política de Goiás, A independência em Goiás, O Coronelismo na República Velha, As oligarquias, A Revolução de 1930, A administração política, de 1930 até os dias atuais, Aspectos históricos e urbanísticos de Goiânia, Aspectos da Cultura Goiana, A culinária regional, As festas religiosas, O folclore goiano, O patrimônio históricocultural e o turismo, A população goiana, Povoamento, Movimentos migratórios, Densidade e distribuição demográfica, População economicamente ativa, Os aspectos físicos do território goiano, Hidrografia, Clima, Relevo, Vegetação, História do Município de Alto Horizonte - GO, Ética no serviço público. Lei Orgânica e estatuto dos servidores. Atualidades: Conhecimentos de assuntos relevantes de diversas áreas, tais como: atualidades do Brasil, Exterior, política, economia, esporte, turismo, sociedade, cotidiano, saúde, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações. História e geografia do Município, Estado e do Brasil. Informática: Sistema operacional e ambiente Windows 7, Windows 8, Windows 10. Edição de textos, planilhas e apresentações utilizando Microsoft Word, Excel e Power Point (versões 2007 e 2010) no ambiente Windows. Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet. Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Intranet. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.

ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO DE FISCAL AMBIENTAL

Noções de Direito Constitucional: Constituição brasileira: Título I - Dos Princípios Fundamentais. Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais: do art. 5º ao art. 13. Título III - Da Organização dos Poderes: art. 29, 29-A, 30, 31, 37, 38 e 39. Lei Orgânica do Município; Estatuto do Servidor do Município. Legislações de Cargos e Salários do Município. Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município. Acesso à Informação. Noções de Ecologia. Ciclos Biogeoquímicos e Poluição Ambiental. Gerenciamento de resíduo sólido: conceitos, caracterização, aspectos ambientais e epidemiológicos, geração, métodos de disposição final e tratamento. Planos de Gerenciamento de Resíduos. Sistemas de Tratamento de Esgotos: Conceitos básicos, Características do esgoto doméstico, Sistemas de Tratamento, Gestão e Disposição de Efluentes e lodos. Sistemas de Abastecimento de água: Conceitos básicos, características químicas, físicas e biológicas de água superficial e subterrânea, Concepções de Estações de Tratamento de água para consumo humano, qualidade da água para consumo humano – Portaria nº 2914/2011 do Ministério da Saúde, Vigilância Sanitária. Avaliação de Efluentes industriais. Educação ambiental: Fundamentos da questão ambiental, Política de Educação ambiental nas escolas e na comunidade, sociedade sustentável. Gestão Ambiental: Avaliação de Impacto Ambiental. Noções de Metodologias de Avaliação de Impactos Ambientais, Processo de Licenciamento Ambiental: Análise da competência do Licenciamento Prévio, EIA/RIMA e RIA Licença Prévia, Licença de Instalação, Licença de Operação, Autos de infração e Termo de Ajustamento de Conduta. Legislações Ambientais Nacionais: Lei de crime ambiental; Política Nacional de recursos Hídricos – Lei nº 9.433/97; Política Nacional de Saneamento Básico – Lei nº 11.445/07; Política nacional de resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/10. Política Nacional de Educação Ambiental – Lei nº 9795/99; Licenciamento Ambiental: Lei nº 6.938/81. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - Lei nº 9.985/2000; Resoluções CONAMA: nº 001/86; nº 237/97; nº 274/00; nº 357/05, nº 430/11, nº 01/90, nº 02/93; nº 05/89; nº 03/90, nº 382/06; nº 358/05; nº 307/02; nº 448/12; nº 431/11; nº 362/05; nº 420/09; nº 469/15. História da Mineração no Brasil, Leis Nacionais sobre Mineração: BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. BRASIL. Código Florestal Brasileiro – Lei 12.651/12. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12651compilado.htm>. Acesso em: 03 jul. 2019. Decreto nº 6.514 de 22 julho de 2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. DOU de 23.7.2008. Brasília, 2008. Lei nº 9.605 de 8 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. DOU de 13.2.1998. Brasília, 1998. Lei Complementar nº. 140/2011. Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal,



para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981. DOU de 9.12.2011. Lei 7.347 de 24 de junho de 1995. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências. Brasília, DF, 1965, DOU de 25.7.1985. BUEST NETO, G. T. Estudo da Substituição de Agregados Miúdos Naturais Por Agregados Miúdos Britados em Concretos de Cimento Portland. Curitiba, 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. LOPES, M. O que é Mineração Afinal?. Técnico em Mineração (Site), 2014. Disponível em: <<https://tecnicoemineracao.com.br/o-que-e-mineracao/>>. Acesso em: 09. Fev. 2020. PNMA. Política Nacional do Meio Ambiente. Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 1981, BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. BRASIL. Código Florestal Brasileiro – Lei 12.651/12. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12651compilado.htm>. Acesso em: 03 jul. 2019. Decreto nº 6.514 de 22 julho de 2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. DOU de 23.7.2008. Brasília, 2008. Lei nº 9.605 de 8 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. DOU de 13.2.1998. Brasília, 1998. Lei Complementar nº. 140/2011. Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981. DOU de 9.12.2011. Lei 7.347 de 24 de junho de 1995. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências. Brasília, DF, 1965, DOU de 25.7.1985. BUEST NETO, G. T. Estudo da Substituição de Agregados Miúdos Naturais Por Agregados Miúdos Britados em Concretos de Cimento Portland. Curitiba, 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. LOPES, M. O que é Mineração Afinal?. Técnico em Mineração (Site), 2014. Disponível em: <<https://tecnicoemineracao.com.br/o-que-e-mineracao/>>. Acesso em: 09. Fev. 2020. PNMA. Política Nacional do Meio Ambiente. Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 1981, 23 f.

